

Opinião

A reforma indesejada

custos. O produtor tem de ter na ponta do lápis todos os seus custos. Sabê-los é a base do planejamento. Jamais deve acontecer uma mistura das finanças pessoais com as da fazenda. Se fizer isso, o produtor perderá a capacidade de avaliar se o negócio vai bem ou mal.

Como os preços são voláteis, já a escolha de ser eficiente é uma decisão que está mais nas mãos do produtor que no humor dos mercados. Dessa forma, o produtor não pode, principalmente em um período de crise, descuidar da qualidade dos processos e do produto que entrega.

Ele pode e deve ainda reavaliar investimentos, analisar se vale a pena reformar em vez de comprar algo novo, medir o desempenho de sua equipe, avaliar as condições oferecidas pelos fornecedores, estudar o melhor comprador para a produção e assim por diante. Tudo em nome do aumento de produtividade, que acarretará o encurtamento do ciclo econômico da sua atividade. .

A otimização do ritmo de produção será benéfica para o fluxo de caixa (olha ele aí de novo), pois o produtor terá mais chances de sempre ter algum capital de giro, diminuindo os buracos no orçamento.

Ao final, quero deixar uma mensagem otimista. A ONU prevê que o mundo terá de aumentar em 50% a produção de alimentos até 2030 e dobrar até 2050. O diretor da FAO, divisão da ONU para alimentação e agricultura, Jacques Diouf, já disse que se trata de um desafio e tanto dar de comer a 9 bilhões de pessoas em 2050.

O Brasil é o país que reúne as melhores condições para fornecer ao mundo alimentos e energia limpa e renovável de que o planeta tanto precisa. Disponibilidade de terras, clima favorável, variedade de solos, estoque de água doce são importantes vantagens que temos na agricultura. Isso sem contar o perfil empreendedor e a competência dos produtores rurais. Temos muitos desafios, mas tenho certeza de que nosso amanhã será positivo. ■



João Sampaio*

A REFORMA tributária brasileira parece tiririca. O agricultor conhece o mal causado por essa erva daninha. A planta nasce no meio da pastagem e não permite o seu desenvolvimento. Invade a área sem respeitar limites de cerca. Nasce forte, e, quanto mais é cortada e recortada, se fortalece. Enfim, suas características são bem similares à atual proposta de reforma tributária, que afeta 200 dispositivos constitucionais, remexe as relações entre os Três Poderes e cria distorções entre estados produtores e consumidores.

Não estuda o agronegócio, nem lhe dá foco, apesar de representar no País 37% dos empregos e ser responsável pelos superávits da balança comercial nos últimos anos. No campo da tributação, a agropecuária, na propriedade, gera R\$ 22 bilhões por ano. Isso corresponde a um ônus de 13% do PIB agrícola. Na agroindústria e distribuição, são R\$ 80 bilhões, ou 20% do obtido por esses segmentos. Ao todo, o setor recolhe R\$ 102 bilhões, totalizando 18% do seu PIB para pagar impostos de forma geral, segundo o Cepera/Esalq/USP.

Tudo sem contar as distorções que persistirão entre estados agrícolas, processadores e países do Mercosul, com a reforma proposta. Hoje, um trator produzido no município gaúcho de Horizontina custa R\$ 120 mil. Se o produtor for a Porto Alegre (a 500 km) o comprará pelo mesmo

preço, mas se for a Montevideu (a 700 km), poderá adquiri-lo por 30% menos. Por quê? A política de exportação garante isenção de PIS/Cofins/ICMS, mas no mercado interno não vale. O oposto também ocorre: o litro de glifosato (herbicida sistêmico) no Paraguai ou Argentina é até 50% mais caro que no Brasil. Não se trata de defender a tributação na saída nem na entrada, mas que prevaleça um bom senso tributário, hoje inexistente. É um salve-se quem puder.

Na guerra fiscal entre estados, a reforma tributária consegue ser pior que a tiririca. Comumente, essa batalha consiste na atração de empresas mediante a isenção do ICMS, principal imposto estadual sobre o valor adicionado. A proposta constitucionaliza a prática, oferece um prazo de 12 anos de duração dos incentivos e permite que qualquer estado crie o incentivo que quiser.

No caso da agricultura, a industrialização dos produtos, ao invés de beneficiar os estados processantes, poderá prejudicá-los, porque prevê uma redução drástica nas alíquotas interestaduais, transferindo recursos dos estados produtores para os consumidores. Se antes a chamada “commoditização” dos nossos produtos agrícolas já era criticada por privilegiar o mercado exportador, isento de vários impostos, com a proposta, a mesma coisa se aplica ao mercado interno.

O setor de fertilizantes, estratégico para uma agricultura subtropical dependente de produtos químicos importados como a nossa também não foi pauta de discussão assim como a agricultura num todo.

Como se nota, a reforma que ninguém quer é mesmo uma tiririca, por mais que cortemos, ela já nasce com um vício de origem. Além de ser considerada das piores dos últimos vinte anos por dez entre dez analistas, ela simplesmente ignora o setor do agronegócio. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo